

**MUNICÍPIO DE ODIVELAS****Aviso n.º 5491/2012**

Susana de Carvalho Amador, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, torna público nos termos e para efeitos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de junho, e na redação que foi conferida pela Lei n.º 60/07 de 4 de setembro e as alterações do Decreto-Lei n.º 26/10 de 30 de março, que terá início no 8.º dia útil após a publicação deste Aviso no *Diário da República*, o período de discussão pública sobre a proposta de alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89 do Bairro Casal da Silveira — Famões para o lote 907, pelo prazo de 15 dias. Todos os interessados poderão, durante o período de discussão pública, consultar e ou apresentar por escrito, quaisquer reclamações à proposta de alteração ao referido alvará. O processo estará disponível para consulta no Departamento de Gestão Urbanística, sito na Av.ª Amália Rodrigues n.º 20 — Urbanização da Ribeirada 2675 Odivelas.

22 de fevereiro de 2012. — A Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, *Susana de Carvalho Amador*.

305866867

**Aviso n.º 5492/2012**

Susana de Carvalho Amador, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, torna público nos termos e para efeitos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de junho, e na redação que foi conferida pela Lei n.º 60/07 de 4 de setembro e as alterações do Decreto-Lei n.º 26/10 de 30 de março, que terá início no 8.º dia útil após a publicação deste Aviso no *Diário da República*, o período de discussão pública sobre a proposta de alteração ao alvará de loteamento n.º 7/92 do Bairro Moinho do Baeta — Caneças para o lote 111, pelo prazo de 15 dias. Todos os interessados poderão, durante o período de discussão pública, consultar e ou apresentar por escrito, quaisquer reclamações à proposta de alteração ao referido alvará. O processo estará disponível para consulta no Departamento de Gestão Urbanística, sito na Av.ª Amália Rodrigues n.º 20, Urbanização da Ribeirada 2675 Odivelas.

22 de fevereiro de 2012. — A Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, *Susana de Carvalho Amador*.

305866931

**MUNICÍPIO DO SABUGAL****Declaração de retificação n.º 517/2012**

António dos Santos Robalo, presidente da Câmara Municipal do Sabugal, torna público que na publicação da Estrutura Orgânica Flexível dos Serviços Municipais da Câmara Municipal do Sabugal, inserta no *Diário da República*, 2.ª série, de 2 de março de 2012, a pp. 7929 e seguintes, onde se lê:

«Artigo 20.º

**Entrada em vigor**

A presente estrutura entra em vigor a 1 de janeiro de 2012.»

deve ler-se:

«Artigo 20.º

**Entrada em vigor**

A presente estrutura entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.»

3 de abril de 2012. — O Presidente da Câmara, *António dos Santos Robalo*.

205959799

**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA****Aviso n.º 5493/2012**

José António Fontão Tulha, Presidente da Câmara Municipal de S. João da Pesqueira torna público que, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, e da deliberação tomada pela

Câmara Municipal na reunião ordinária de 29 de março de 2012, se encontra em fase de apreciação pública, pelo prazo de 30 dias úteis, contados da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, 2.ª série, o projeto de Regulamento Municipal de Uso do Fogo, disponibilizado para consulta no Balcão Único de Atendimento da Câmara Municipal, nos locais habituais das Freguesias e na internet no site do Município.

Os interessados poderão, no prazo acima referido, dirigir por escrito as suas sugestões à Câmara Municipal, sita na Avenida Marquês de Soveral, 67, 5130-321 S. João da Pesqueira.

5 de abril de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *José António Fontão Tulha*.

305959611

**MUNICÍPIO DE SINES****Aviso n.º 5494/2012****Plano de Pormenor da Casa Pidwell**

Manuel Coelho Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Sines, ao abrigo do disposto na alínea v) do n.º 1 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de janeiro, torna público que, por deliberação da Assembleia Municipal, datada de 1 de março de 2012, foi aprovado, por maioria, o Plano de Pormenor da Casa Pidwell, sob proposta da Câmara Municipal de Sines, em cumprimento da deliberação de Câmara, tomada na reunião pública de 20 de janeiro de 2012, encontrando-se concluído o processo de elaboração do plano, nos termos do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.

Nestes termos, envia-se para publicação no *Diário da República* e para depósito através do Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial.

2 de março de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal de Sines, *Manuel Coelho Carvalho*, Dr.

**Assembleia Municipal de Sines**

Fernando Miguel Ramos, 1.º Secretário da Assembleia Municipal de Sines, certifica para todos os efeitos legais, que na Sessão Ordinária, realizada no dia 01 de março de 2012, foi votada e aprovada por maioria a proposta do Plano de Pormenor da Casa Pidwell, com dez votos a favor do Movimento Sim, oito votos a favor do PS, três abstenções da CDU, um voto a favor do PSD, um voto contra do BE.

Por ser verdade e por constar em minuta aprovada na própria Sessão, mandei passar a presente Certidão que vou assinar e autenticar com o Selo Branco em uso nesta Câmara Municipal.

1 de março de 2012. — O 1.º Secretário, *Fernando Miguel Ramos*.

**Regulamento****CAPÍTULO I****Disposições Gerais**

Artigo 1.º

**Objetivo e Âmbito Territorial**

O Plano de Pormenor da Casa Pidwell, adiante designado por Plano e de que o presente Regulamento faz parte, tem como objetivo estabelecer regras e orientações a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo dentro dos limites da sua área de intervenção, conforme delimitação na Planta de Implantação.

Artigo 2.º

**Relação com Outros Instrumentos de Gestão Territorial**

O Plano, na sua área de intervenção, altera o Plano de Urbanização de Sines.

Artigo 3.º

**Conteúdo Documental**

1 — O Plano é constituído por:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Implantação;

2 — Por não existirem quaisquer servidões administrativas ou restrições de utilidade pública na área de intervenção do Plano, não há lugar à apresentação da Planta de Condicionantes.

3 — O Plano é acompanhado por:

- a) Relatório;
- b) Programa de Execução e Plano de Financiamento;
- c) Declaração de inexistência de compromissos urbanísticos;
- d) Estudo de Ruído;
- e) Planta de Enquadramento;
- f) Planta de Localização;
- g) Planta da Situação Existente;
- h) Planta da Situação Cadastral Existente;
- i) Planta da Explicitação da Transformação Fundiária;
- j) Planta de Síntese do PDM de Sines (extrato);
- k) Plano de Zonamento do PU de Sines (extrato);
- l) Planta de Condicionantes do PU de Sines (extrato);
- m) Planta do Uso Atual do Solo;
- n) Unidades de Paisagem (extrato);
- o) Cortes do Terreno — Situação Existente;
- p) Cortes do Terreno — Proposta de Plano;
- q) Rede Viária — Perfis Transversais Tipo;
- r) Rede de Distribuição de Água e Incêndio;
- s) Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais;
- t) Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública;
- u) Rede de Distribuição de Gás;
- v) Rede de Telecomunicações.

#### Artigo 4.º

##### Definições

Para efeitos de aplicação do Plano, as definições são as constantes na legislação em vigor.

## CAPÍTULO II

### Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública

#### Artigo 5.º

##### Âmbito e regime

Na área de intervenção do Plano não existem servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

## CAPÍTULO III

### Uso do Solo e Concessão do Espaço

#### SECÇÃO I

##### Disposições Gerais

#### Artigo 6.º

##### Categorias Funcionais de Solo Urbano

O Plano contempla as seguintes categorias funcionais de solo urbano, definidas na Planta de Implantação:

- a) Espaços de Atividades Económicas (EAE);
- b) Espaços Verdes (EV);
- c) Espaços-Canais (EC).

#### SECÇÃO II

##### Uso do Solo

#### Artigo 7.º

##### Espaços de Atividades Económicas

1 — São áreas que se destinam ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano tais como comércio, serviços e estabelecimentos de restauração e bebidas e que corresponde ao Lote 1.

2 — Os parâmetros urbanísticos aplicáveis a estes espaços encontram-se definidos no Quadro de Áreas.

#### Artigo 8.º

##### Espaços Verdes

1 — São áreas com funções de equilíbrio ecológico e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, e correspondem a toda a área do Plano exceto o lote e os Espaços Canais.

2 — Nos Espaços Verdes não é permitida a edificação de equipamentos relacionados com as atividades a que os mesmos devem dar suporte.

3 — Na execução de plantações e ou sementeiras devem ser escolhidas espécies da flora local, sempre que possível, ficando interdito o uso de exóticas do género *Acacia*, e a espécie *Eucalyptus globulus*.

4 — É interdita a utilização de qualquer planta de espécie ou género interdito ou proibido em Portugal, devendo ser dado integral cumprimento à legislação existente.

#### Artigo 9.º

##### Espaços-Canais

São áreas que correspondem às áreas de solo afetas às infraestruturas urbanas de desenvolvimento linear e correspondem às faixas de rodagem e estacionamentos à superfície.

## CAPÍTULO IV

### Operações de Transformação Fundiária

#### Artigo 10.º

##### Cedências para o Domínio Público Municipal

As áreas de cedência a integrar no domínio público municipal correspondem à área de intervenção do plano com exceção da área do lote.

## CAPÍTULO V

### Obras de Urbanização

#### Artigo 11.º

##### Modelação do Terreno

As cotas finais do terreno deverão obedecer ao definido na Planta de Implantação e demais peças desenhadas e escritas do Plano.

#### Artigo 12.º

##### Infraestruturas Viárias

As Infraestruturas Viárias devem obedecer ao definido na Planta da Rede Viária.

#### Artigo 13.º

##### Infraestruturas do Subsolo

1 — As Infraestruturas do Subsolo devem obedecer ao definido nas Plantas das Infraestruturas respetivas e que fazem parte integrante do presente Plano.

2 — A edificação deve ser ligada às redes de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e pluviais, de eletricidade, telecomunicações, gás, salvaguardando os eventuais condicionamentos a serem impostos pelo Câmara Municipal e demais entidades competentes.

3 — A drenagem de águas residuais pluviais deverá ser projetada de forma a minimizar o risco de inundações.

## CAPÍTULO VI

### Estacionamento

#### Artigo 14.º

##### Necessidades de Estacionamento

1 — Para efeitos de cálculo das necessidades de estacionamento em estrutura edificada (Piso -1) tem-se o seguinte:

- a) Comércio/serviços/restauração e bebidas: 1 lugar/30 m<sup>2</sup> de área de construção.

2 — Os lugares de estacionamento públicos são os constantes na Planta de Implantação.

## CAPÍTULO VII

### Edificação e Demolição

#### Artigo 15.º

##### Regime de Edificabilidade

1 — A Casa Pidwell, que corresponde ao Lote 1, poderá ser objeto de obras de conservação e de alteração devendo ser asseguradas as suas características arquitetónicas.

2 — As demolições previstas são as cartografadas na Planta de Implantação.

3 — Admite-se, em último recurso, a demolição seguida de construção e mesmo de ampliação da Casa Pidwell, desde que seja atestado que a edificação se encontra em manifesto estado de ruína e após uma prévia vistoria a realizar pela Câmara Municipal de Sines.

4 — No caso referido no ponto anterior, deverão ser igualmente asseguradas as características arquitetónicas do edifício pré-existente.

5 — Os parâmetros urbanísticos aplicáveis ao lote são os constantes no Quadro de Áreas e na Planta de Implantação.

6 — Não se admite a vedação do lote pelos seus limites.

7 — Na elaboração dos projetos e nas obras edificação deverão estar asseguradas o cumprimento das normas aplicáveis às estruturas anti-sísmicas para minimizar o risco de colapso das mesmas bem como das normas aplicáveis à segurança contra incêndios.

## CAPÍTULO VIII

### Utilização das Edificações

#### Artigo 16.º

##### Usos Interditos

1 — São interditos os usos não previstas no Plano, à exceção das atividades produtivas locais e similares consideradas compatíveis com aqueles.

2 — São ainda interditas as utilizações ou ocupações que:

- a) Dêem lugar à produção de fumos, cheiros ou resíduos que afetem as condições de salubridade ou dificultem a sua melhoria;
- b) Perturbem gravemente as condições de trânsito e estacionamento ou provoquem movimentos de carga e descarga que prejudiquem as condições de utilização da via pública;
- c) Acarretem riscos de incêndio ou explosão;
- d) Prejudiquem a salvaguarda e valorização do património edificado, paisagístico ou ambiental;
- e) Correspondam a outras situações de incompatibilidade como tal definidas por lei ou regulamento designadamente no que se refere ao exercício da atividade industrial e ao ruído.

## CAPÍTULO IX

### Execução do Plano

#### Artigo 17.º

##### Sistema de execução

1 — O Plano será executado no sistema de imposição administrativa considerando que a Câmara Municipal de Sines é a única proprietária dos terrenos inseridos na área de intervenção.

2 — Não se estabelece o mecanismo de perequação compensatória por existir um único proprietário.

#### Artigo 18.º

##### Comissão de Acompanhamento

3 — A Câmara Municipal de Sines poderá aprovar a criação de uma Comissão de Acompanhamento para concretização do Plano cujas atribuições são as seguintes:

a) Emitir parecer sobre propostas que lhe sejam presentes pela Câmara Municipal de Sines relativamente a projectos urbanos e

de edifícios cuja dimensão, localização, natureza ou utilização sejam considerados de importância relevante para a concretização do Plano;

b) Apreciar a qualidade estética e funcional desses projetos e edifícios tendo em vista a qualificação do ambiente urbano desta zona de expansão urbana da cidade;

c) Outras que lhe venham a ser atribuídas pela Câmara Municipal de Sines.

4 — A composição e regime de funcionamento desta comissão serão estabelecidos pelo órgão competente do município.

## CAPÍTULO X

### Disposições Finais

#### Artigo 19.º

##### Disposições Gerais

A totalidade da área de intervenção é classificada como zona mista, para efeitos do disposto no Regulamento Geral do Ruído.

#### Artigo 20.º

##### Riscos e Vulnerabilidades

1 — A totalidade da área de intervenção do plano é classificada como Zona A nos termos do Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes.

2 — A ocupação, uso e transformação do solo deverá ter em consideração os riscos naturais e tecnológicos e as vulnerabilidades identificadas no plano, contribuindo para a sua prevenção e mitigação, designadamente:

- a) Inundações;
- b) Sismo;
- c) Acidente industrial grave em indústrias Seveso;
- d) Temporal;
- e) Incêndio em edifícios.

#### Artigo 21.º

##### Omissões ou Dúvidas de Interpretação

Quaisquer omissões ou dúvidas de interpretação e aplicação do presente Regulamento devem ser resolvidos de acordo com a legislação em vigor.

#### Artigo 22.º

##### Entrada em Vigor

O Plano entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*.

## ANEXO I

### Quadro Síntese do Plano

Área de intervenção do plano	4 172,7 m <sup>2</sup>
Área total de construção	1 481,0 m <sup>2</sup>
Área total de construção (comércio/serviços/restauração e bebidas)	741,6 m <sup>2</sup>
Área total de construção (estacionamento e arrecadações)	739,4 m <sup>2</sup>
Área total de construção (acima da cota de soleira)	741,6 m <sup>2</sup>
Área total de construção (abaixo da cota de soleira)	739,4 m <sup>2</sup>
Área total de implantação	739,4 m <sup>2</sup>
Índice de ocupação do solo	0,18
Índice de utilização do solo	0,35
Área de lote	739,4 m <sup>2</sup>
Área de espaços canais	2 705,9 m <sup>2</sup>
Área verde	727,4 m <sup>2</sup>
N.º de lugares de estacionamento públicos	15

## Quadro de Áreas

Lote	Área de Lote (m²)	Área de impl. do edifício (m²)	Área de const. do edifício (m²)	Área de const. de comércio/serviços/restauração e bebidas (m²)	Área de const. de estac. e arrec. (m²)	Área de const. acima da cota de soleira (m²)	Área de const. abaixo da cota de soleira (m²)	Altura da fachada	Pisos acima da cota de soleira	Pisos abaixo da cota de soleira	Usos (Piso -1)	Usos (Piso 1)	Usos (Piso 2)	Usos (Piso 3)
1	739,4	739,4	1 481,0	741,6	739,4	741,6	739,4,9	A)	3	1	Estac. e arrec.	Comércio, serviços e restauração e bebidas	Comércio, serviços e restauração e bebidas	Comércio, serviços e restauração e bebidas

A) Os valores correspondentes a estes parâmetros são os existentes.

**Identificadores das imagens e respectivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)**

8411 — [http://ssaigt.dgotdu.pt/i/Planta\\_de\\_implantacao\\_8411\\_1.jpg](http://ssaigt.dgotdu.pt/i/Planta_de_implantacao_8411_1.jpg)  
605958494

**MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA**

**Edital n.º 368/2012**

**Alteração de loteamento n.º 6/92**

Requerente: António Bastos de Sousa  
Local: Valinho — S. Pedro de Castelões

José Pedro Vieira de Almeida Dr, Vereador da Câmara Municipal de Vale de Cambra: Torna público, em cumprimento da deliberação tomada em reunião de 21 de fevereiro de 2012, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30 de março e do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, que é aberto um período de discussão pública pelo prazo de 20 dias, contados a partir do quinto dia da publicação deste Edital em *Diário da República*.

As observações e sugestões serão apresentadas na Câmara Municipal de Vale de Cambra devidamente coligidas e sintetizadas.

A alteração de loteamento pode ser consultada todos os dias úteis das 9 às 12.30 horas e das 14 às 17 horas, na Divisão de Obras Particulares do Edifício da Câmara Municipal.

Para constar, se lavrou o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume e nos jornais.

5 de março de 2012. — O Vereador, *José Pedro Vieira de Almeida*, Dr., (Com competência delegada por despacho de 2009/11/03).

305960097

**MUNICÍPIO DE VALENÇA**

**Aviso n.º 5495/2012**

**Procedimento concursal de recrutamento para preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado para técnico superior — Área funcional de sociologia — Homologação da lista unitária de ordenação final.**

Nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 4 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal em epígrafe, aberto pelo Aviso n.º 22875/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223, de 21 de novembro de 2011, a qual foi homologada por meu despacho de 3 de abril de 2012.

**Lista unitária de ordenação final**

Candidatos aprovados:

- 1.º Liliana Salete Barreiros Samico — 15,67 valores
- 2.º Dália Sofia Ferreira Clara — 12,90 valores
- 3.º Ana Santolalla Pinto Ausina — 12,06 valores

Candidatos excluídos:

- Adriana do Carmo de Magalhães — a)  
Ana Isabel Ferreira Lopes — a)

- Ana Margarida Duarte Fernandes — c)  
Ana Sofia Monteiro Mont'Alverne Gama — b)  
Carla Alexandra Lousã Machado — a)  
Carolina Luísa Ligier Alão — a)  
Catarina Adelaide Coutinho Rosa — a)  
Cristina Maria Rodrigues Lourenço — a)  
Dulce Maria Lourenço Venturinha Machado — a)  
Hélder Filipe Gonçalves Ribeiro — b)  
Inês Diaz Calisto — a)  
Inês Maria de Abreu Mendes — a)  
José António de Melo Moreira — b)  
Marta Maria Alves Fernandes — b)  
Nathalie de Jesus Ramos Dias — b)  
Nuno Filipe Dias Fonseca de Oliveira — a)  
Paula Passos Calafate de Sousa Dias — b)  
Pedro Tiago Pinto Silveira — a)  
Sérgio António Oleiro Lopes — a)  
Susana Cristina Terra e Santos — a)  
Tânia Marisa Marques Alves — b)

a) Candidatos excluídos por não terem comparecido ao método de seleção Prova de Conhecimentos;

b) Candidatos excluídos por terem obtido classificação inferior a 9,5 valores no método de seleção Prova de Conhecimentos;

c) Candidata excluída por não ter comparecido ao método de seleção Entrevista de Avaliação de Competências.

Mais se informa, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, que a lista supracitada se encontra afixada no Edifício dos Paços do Município, sito na Praça da República, em Valença, e disponível na área dos Recursos Humanos da página eletrónica do Município de Valença.

3 de abril de 2012. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Salgueiro Mendes*.

305958891

**Aviso n.º 5496/2012**

**Procedimento concursal de recrutamento para preenchimento de três postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para técnicos superiores — Áreas funcionais de contabilidade, recursos humanos e direito — Homologação das listas unitárias de ordenação final.**

Nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 4 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, tornam-se públicas as listas unitárias de ordenação final dos procedimentos concursais em epígrafe, abertos pelo Aviso n.º 22505/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 15 de novembro de 2011, as quais foram homologadas por meu despacho de 3 de abril de 2012.

**Lista unitária de ordenação final — Técnico superior de contabilidade**

Candidatos aprovados:

- 1.º Sílvia Cristina Correia Alvarinho — 16,47 valores
- 2.º Luís Manuel Moura Viana — 11,35 valores
- 3.º Maria Paulina da Silva Jácome — 11,19 valores

Candidatos excluídos:

- Bernardo André de Sá Araújo Lamas — a)  
Carla Isaura Gonçalves Paula — a)  
Carlos Manuel Pereira Gonçalves — a)  
Hélder Filipe Ferreira Coutinho Rocha — a)  
Ilda de Fátima Esteves da Silva — a)  
Isabel Cristina Esteves da Silva — a)